

Na crise, mais do que nunca, servidores exigem as reivindicações

Os servidores estão atentos ao cumprimento dos acordos e preparam a campanha 2009 pelo atendimento de antigas e novas demandas

Os reajustes concedidos para o executivo, em 2008, em geral, foram muito abaixo do necessário. Em muitos casos, acabaram gerando ou aprofundando desigualdades entre as carreiras. Assim como há um abismo entre salários e benefícios do executivo em relação aos demais poderes, há gritantes desigualdades entre carreiras do próprio executivo. Todo serviço público é essencial, por isso o governo deve cor-

rigir as distorções e resgatar a importância de todas as carreiras.

PGPE e Seguridade Social - Cerca de 250 mil servidores do PGPE e mais de 180 mil da Previdência, Saúde e Trabalho aguardam atentos o cumprimento das próximas parcelas dos reajustes, respectivamente, para as folhas de pagamento de janeiro e fevereiro, conforme os acordos firmados com o governo, garantidos na Lei

11.784/2008, oriunda da MP 431/08.

No dia 15.01, a reunião do Conselho Deliberativo de Entidades (CDE), da Condsef discutirá um calendário de atividades para o início de 2009. Já está definida a realização da **Marcha dos servidores**, em março, aprovada na Plenária Estatutária da Confederação, ocorrida em Porto Alegre, de 4 a 6.12.08.

Leia mais em www.sindsep-df.com.br

CUT e Condsef combatem imposto sindical

Durante seminário promovido pelo Ministério do Trabalho e Emprego, como parte do ciclo de debates "Organização Sindical e Negociação Coletiva para o Servidor Público", em dezembro do ano passado, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Condsef reiteraram a posição pelo fim do imposto sindical. Outras entidades, porém, como a Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB) defenderam a manutenção do imposto.

No setor público, os servidores não

pagam imposto sindical inclusive pela ação política do Sindsep-DF, que sempre defendeu a sustentação da entidades pela contribuição espontânea dos trabalhadores. A luta hoje é para derrubar a Instrução Normativa nº 1, do Ministério do Trabalho, que pretende impor a cobrança do imposto ao funcionalismo.

O fim do imposto também no setor privado permitirá inverter a lógica, hoje dominante, que permite a criação de entidades sindicais com o único objetivo de receber esses recursos do Estado.

CUT condena agressão de Israel na Faixa de Gaza

O ataque do Estado teocrático de Israel ao povo da faixa de Gaza está sendo repudiado por manifestações em todo o mundo. Até mesmo dentro das fronteiras de Israel, desafiando todas as proibições, cerca de mil jovens israelenses se manifestaram contra a intervenção militar.

Ao contrário do que afirmam as grandes potências, a origem da agressão não é um suposto conflito secular entre árabes e judeus. Até o fim do século XIX árabes e judeus viviam em paz, integradas numa mesma sociedade.

Foi a partilha pela força imposta à Palestina pela ONU e todos os governos em 1947-1948 que originou essa guerra sem fim, com os massacres se sucedendo.

A Central Única dos Trabalhadores (CUT-Brasil) divulgou nota de solidariedade ao povo palestino, exigindo o fim imediato dos ataques.

A CUT denuncia que sob o pretexto de uma ação de caráter "defensivo", o exército de Israel destrói escolas, hospitais, residências, num caso típico de terrorismo de Estado.

Leia a íntegra em www.sindsep-df.com.br



■ Paris, 03.01.09 - Árabes e judeus se unem para condenar o massacre promovido pelo governo de Israel em Gaza. Na faixa mais alta se lê "Judeus e árabes unidos pela justiça" e na de baixo, que abre o cortejo, "Uma outra voz judia - paz, independência e segurança para todos os povos do meio-orientes".

► **MPlanejamento**

Campanha "Eu quero a minha GSISTE" continua em 2009

Os servidores do Ministério do Planejamento iniciaram o ano reafirmando a continuidade da luta pela extensão da Gratificação Temporária das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal – GSISTE.

No dia 07.01, eles fizeram um ato em frente ao bloco K. Em seguida, em assembleia, o setor decidiu realizar novo ato toda quarta-feira, sempre das 9h às 11h, em frente ao bloco K, até que uma comissão seja recebida em

audiência pelo ministro Paulo Bernardo.

A Condsef, o Sindsep-DF e a ANASP encaminharam, semana passada, ofícios ao Planejamento solicitando audiência com o ministro, mas até o momento, nenhuma das entidades recebeu algum retorno. O mesmo documento foi encaminhado aos deputados e senadores para que eles intervenham junto ao governo. Os servidores também aguardam audiência com a Secretaria Jurídica da Casa Civil, a qual deve ser agendada para os próximos dias.



► **MFazenda**

Evolução dos trabalhos do GT

O GT Fazendário instituído no final de outubro teve seus trabalhos iniciados em novembro, com um cronograma estabelecido para conclusão já no início do ano de 2009. A finalidade da equipe composta pelos integrantes do Departamento Nacional da Fazenda-Condsef, gestores da área de Recursos Humanos da Fazenda e da Coordenação do Setor de Carreiras do Planejamento é a de produzir um relatório resultado dos estudos sobre os

cargos existentes na Fazenda, aglutinação das atribuições desses cargos e provar, juridicamente, a possibilidade de enquadramento dos atuais cargos fazendários nos novos cargos, de NS e de NI, que deverão ser criados para compor o Plano Especial de Cargos da Fazenda, o PECFAZ.

A última reunião do GT, ocorrida no dia 10.12, contou com a apresentação do trabalho inicial sobre "Aglutinação de cargos e atribuições", feita pela coor-

denadora-geral de Recursos Humanos/MF que se prontificou a enviar o estudo à Condsef até o dia 30.12, por meio eletrônico. A entidade se prontificou a encaminhar para os gestores da Fazenda e do Planejamento que integram o GT, outras contribuições referentes ao tema da apresentação.

As próximas reuniões do GT - Fazenda acontecerão nos dias 28.01, 03.02 e 10.02, para conclusão dos trabalhos.

Novas regras ortográficas da língua portuguesa

A partir desta edição, o Esplanada Geral passa a adotar as mudanças decorrentes do Acordo Ortográfico, que unifica a ortografia do português nos países lusófonos. O acordo entrou em vigor em 1º janeiro de 2009 e passará por um período de adaptação que vai até 2012, conforme cronograma estabelecido pelo Decreto presidencial nº 6.583, de 29.09.08.

No Brasil, foram alteradas principalmente as regras de acentuação e de hífen. Além disso, as letras K, W e Y

foram incluídas oficialmente ao alfabeto e o trema será mantido apenas nas palavras de origem estrangeira.

Outra novidade é que palavras paroxítonas com ditongos abertos "-ei", "-oi", "-eu" perdem o acento. É o caso, por exemplo, de "assembleia", que perdeu o acento agudo.

Em próximas edições, comentaremos outros itens das novas regras. Agradecemos aos leitores que comunicarem algum erro de ortografia observado no EG, pelo e-mail: imprensa@sindsep-df.com.br.

► **Anistiados**

Servidores do extinto BNCC são lotados no MAPA

Os anistiados do extinto Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC) começaram 2009 positivamente. Reintegrados ao serviço público por meio da Portaria nº 357/08, o grupo formado por 544 anistiados realizou dia 7 de janeiro os exames médicos necessários para a posse. Todos serão lotados no Ministério da Agricultura que, de antemão, já garantiu o cumprimento de todos os direitos conquistados pelos anistiados da Lei 8.878/94.

Luta para novas reintegrações continua

Em 2008, foram publicadas 56 portarias reintegrando aos quadros do Executivo 2.850 demitidos

do Governo Collor. De acordo com dados do Ministério do Planejamento, dos 14 mil processos de anistia recebidos pela Comissão Interministerial Especial (CEI) somente sete mil foram analisados e apenas 2.850 concluídos. O prazo para a conclusão dos trabalhos da CEI terminaria dia 8 de janeiro de 2009, entretanto, a portaria nº 4/08, que nomeou os atuais integrantes da comissão, prorroga os trabalhos por mais um ano. Ou seja, até janeiro de 2010 todos os casos devem ser concluídos.

O Sindsep-DF continuará acompanhando e cobrando do governo o retorno de todos os anistiados ao serviço público.

Não é o que parece

A notícia de que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) decidiu que funcionários do Poder Judiciário que acumulam cargos que não ferem a Constituição (como lecionar em escolas públicas ou exercer a profissão de médico) podem receber mais de um salário sem se sujeitar ao teto do funcionalismo, hoje fixado em R\$ 24,5 mil, serviu de pretexto para que a imprensa voltasse a questionar os "gastos" do governo com salários.

Primeiro, vale lembrar que essa não é a realidade dos servidores do Executivo que recebem os salários mais baixos dentre os três poderes. Segundo, os ditos "altos salários" só existem porque foi o governo federal que elevou o teto constitucional para facilitar a aprovação da contra-Reforma da Previdência, em 2003.

EXPEDIENTE:

Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Distrito Federal – SINDSEP/DF – Fone: 3212-1900. Colaboraram nesta edição: Benedito Maia, Dayse Cristina, Edison Cardoni, Egaz Ramirez, Joalita Queiroz, – Secretaria de Comunicação e Imprensa: Edison Cardoni (Coordenador), Egaz Ramirez e Dayse Cristina (adjuntos) – Jornalista: Giselle do Valle DF2361JP – Assistente de Redação: Leide Santos. Estagiária: Cleide Portela – Diagramação: André Filho – Fotos: Jane Franco – Tiragem: 14.000 – Impressão: Intergraf – Contribua com a elaboração do "Esplanada Geral". Envie as notícias do seu local de trabalho para os endereços eletrônicos: imprensa@sindsep-df.com.br ou cardoni@sindsep-df.com.br.